



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

### MOVIMENTO RECONCEITUAÇÃO NO BRASIL: expressões, perspectivas e legados

MARIA ROSÂNGELA BATISTONI <sup>1</sup>  
GRAZIELA SCHEFFER MACHADO, <sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo trata de uma análise das particularidades do Movimento de Reconceituação no Brasil sob a ditadura empresarial militar considerando seus antecedentes e bases sócio políticas, algumas de suas principais expressões – projeto da Escola de SS de Belo Horizonte e a experiência da Escola de Porto Alegre, - e seus legados da trajetória de renovação e rupturas do Serviço Social no país. Também trata do protagonismo de brasileiras/os na articulação e debate latino-americano. O artigo apresenta os resultados de pesquisa coletiva, sustentada em fontes documentais, bibliográficas e depoimentos

**Palavras Chaves:** Reconceituação no Brasil, expressões, perspectivas, legados

**ABSTRACT:** The article deals with an analysis of the particularities of the Reconceptualization Movement in Brazil under the military business dictatorship, considering its antecedents and socio-political bases, some of its main expressions - project of the Belo Horizonte School of SS and the experience of the Porto Alegre School, - and its legacies of the trajectory of renewal and ruptures of Social Work in the country. It also deals with the role of Brazilian women in Latin American articulation and debate. The article presents the results of a collective research, supported by documentary, bibliographic and testimonial sources.

**Kekwords:** Reconceptualization in Brazil, expressions, perspectives, legacies

---

1 Professor com formação em Serviço Social. Unifesp/baixada Santista

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

## 1.INTRODUÇÃO: Contextualizando o Movimento de Reconceituação no Brasil

A análise do Movimento de Reconceituação no Brasil, pressupõe historicizá-lo em face das profundas transformações econômico-sociais e políticas operadas nos contextos de constituição e crise da Ditadura Civil Militar (1964-1985) no país e seus desdobramentos na “transição democrática”. O *modelo econômico* instaurado pela ditadura operou a consolidação da expansão monopolista com alterações no processo produtivo, nos serviços, na organização e aparato do Estado desdobrando-se para os aparelhos de hegemonia da sociedade, entre eles a universidade. Processos sustentados na intensificação do trabalho e na superexploração dos assalariados, com referencial político e ideológico da *doutrina da segurança nacional* e forte aparato repressivo e de violência policial sobre as classes empobrecidas e as diversificadas forças sociais e políticas democráticas. Sob estas determinações e condições históricas constitui-se o processo de renovação do Serviço Social, gestando um *novo perfil* profissional através da consolidação de um mercado de trabalho nacional para as/os assistentes sociais; crescimento do contingente profissional; crescimento e inserção da formação no circuito universitário, sujeita às exigências do ensino, pesquisa e extensão; criação da pós-graduação stricto sensu com produção científica, interlocução acadêmica com áreas afins, renovação dos quadros docentes, mercado editorial, reconhecimento pelas agências de fomento, entre outros aspectos. (NETTO,1991; IAMAMOTO, 1998).

No Brasil, a reconceituação assumiu feições muito particulares; aqui os questionamentos ao tradicionalismo profissional tiveram o predomínio de uma face *modernizadora e tecnocrática*, atualizando a *herança conservadora, funcional e sintonizada* à autocracia burguesa. Mas ao mesmo tempo, gestaram-se tendências, núcleos e forças capazes de *contestação à ditadura e de formulação de alternativas às concepções, práticas e perfis profissionais requeridos pelo regime*, demarcando as diferenciações *entre projetos em oposição na tensa disputa teórica e ideológica* pela hegemonia na renovação do Serviço Social brasileiro (AQUINO, BATISTONI, SCHEFFER, 2022).

Como se sabe, este movimento foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente com refrações diretas nos Estados nacionais, nas universidades, nas Ciências

Sociais, na Igreja Católica, nos movimentos sociais (em especial o estudantil), na política e na cultura. Esta conjuntura de efervescência social inscreve-se num período histórico de grande destaque mundial demarcando expansão e crise estrutural do capital, com consequências e medidas de ajustes econômicos e sociais para a América Latina. Estes processos societários e suas mediações históricas e geopolíticas provocaram “a erosão do Serviço Social tradicional” na América Latina (NETTO, 1991) e determinaram as bases condensadas pelo movimento de reconceitualização num amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), com diferenças nos vários países. Nos projetos e propostas que instituíram no Serviço Social brasileiro a perspectiva histórico-crítica de renovação, ocorreram sob o influxo da reconceitualização noutros países latino-americanos, e ao mesmo tempo em que as experiências nacionais não se tornaram referências naqueles países, como gerou protagonismos de agentes profissionais brasileiras (os) no debate e articulação política acadêmica e profissional no continente.

Na compreensão dos antecedentes e das bases sócio políticas dessas experiências renovadoras da profissão no Brasil, situa-se a dinâmica da *política* e da *cultura* no período de 1964-1968, período em que passada a violenta repressão que se seguiu ao golpe, as lideranças democráticas comprometidas com as forças populares e de esquerda buscaram estratégias de rearticulação para confrontar ao regime. A inquietude e explosão contestatória evidenciaram o florescimento de uma *cultura predominantemente de esquerda*, em todas as suas expressões (na literatura, no cinema, na música, na emergência de movimentos culturais), repercutindo na particularidade da conjuntura nacional os processos dos países capitalistas centrais e da periferia latino-americana (NETTO,1991,111-118). No âmbito das universidades, desde meados dos anos de 1950 evidenciara-se uma aberta *politização* dos intelectuais, sintonizada às lutas sociais e à democratização em curso, destacando-se a luta em defesa da *escola pública* e o debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. No imediato pós-golpe, o regime realizara o controle e destruição das organizações de docentes, pesquisadores estudantes, bem como de experiências e alternativas destinadas a democratizar os sistemas e processos educacionais, vinculando-as às necessidades da massa da população. No entanto, entre 1964-1968, o sistema educacional e universitário constituía um dos flancos vulneráveis e abertos ao apelo político contra a ditadura militar. Só a partir de 1968-1969, o regime autocrático golpeia o conjunto das instituições do sistema educacional, instaurando a sua política de educação compatível

ao conjunto da política social da ditadura, funcional ao “modelo econômico”, iniciando pelas universidades, associadas à outras medidas de forte repressão. A radicalização à esquerda também se efetivou nas Ciências Sociais, beneficiando-se da interlocução com autores marxistas, mas não só, e na definição do seu papel em face da realidade subdesenvolvida e dependente da América Latina (AQUINO, BATISTONI, SCHEFFER, 2022).

Nos itens a seguir serão apresentadas algumas expressões da Reconceituação no Brasil, explicitando seus antecedentes sócio-históricos, as preocupações e concepções teórico-metodológicas, as propostas pedagógicas de formação, os vínculos com as classes subalternas, as articulações com as organizações dos países de língua hispânica, suas influências e desdobramentos para o Serviço Social. Assumem, portanto, o desafio investigativo do resgate de parte da história recente da profissão no país, contribuindo para adensar os estudos na área de “Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social”, na crítica radical ao conservadorismo. E identificam as linhas de força de projetos em confluência e em oposição na tensa disputa teórica e ideológica pela hegemonia na renovação do Serviço Social brasileiro. Recorrendo a fontes documentais, localizadas em acervos universitários, institucionais e particulares, coleta de depoimentos e outros meios investigativos, as pesquisas foram direcionadas a desvendar processos ainda não abordados ou adensar análises de eixos e temas de relevância histórica e teórica sugeridos em outros estudos acerca da Reconceituação no Brasil.

## **2. A ESCOLA DE PORTO ALEGRE: OS ANTECEDENTES DO I SEMINÁRIO LATINO AMERICANO E AS EXPRESSÕES DA RECONCEITUAÇÃO**

A Escola de Serviço Social de Porto Alegre (ESS-POA) conhecida é nacionalmente e no continente latino-americano por ter sido mentora e organizado I Seminário Latino-Americano realizado em 1965 que impulsionou Movimento de Reconceituação latino-americano. Contudo, muitas vezes, não se explicitam quais foram os fermentos das bases sócio-política que impulsionou esse evento em plena ditadura no Brasil. Neste sentido, é importante resgatar as forças políticas progressistas que já se expressam na “Campanha da Legalidade” realizada na capital gaúcha contra a tentativa de golpe em 1961 pelos segmentos de militares e civis conservadores, agitou a história da política brasileira fruto de um levante de resistência popular com apoio estatal na distribuição de armas à sociedade civil para a defesa da democracia. Vinculado esse

episódio histórico, havia uma ebulição popular em diferentes países da América Latina que buscava a integração dos povos do sul do continente, enquanto mecanismo de defesa da autonomia dos países subdesenvolvidos. A Revolução Cubana (1959), vinha influenciando os movimentos sociais e os partidos da esquerda em toda a América Latina. O governador do Rio Grande do Sul da época, Leonel Brizola, não ficou impune as pautas de defesa nacional-desenvolvimentista e a Revolução Cubana<sup>3</sup>. O governador gaúcho colocava-se publicamente contrário a interferência imperialista no continente latino-americano. Brizola nessa conjuntura apontou a necessidade da organização de forças progressistas em sustentação às Reformas de Base, qual impulsionou a constituição do chamado Grupo dos Onze Companheiros, em outubro de 1963. O movimento preconizava a “libertação do Brasil da espoliação internacional”.

Também nesse período em Porto Alegre se deu início às atividades da AP, contando com o apoio de Maria Josefina Becker, estudante de Serviço Social da Escola de Porto Alegre (PUCRS). Além disso, em 1962, houve criação em Porto Alegre da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social da UNE que teve presidência de dois gaúchos militantes da AP – Nilo Jardim e Eva Terezinha Faleiros.

Conforme Netto (2011), nesse período havia uma forte influência da ideologia nacional desenvolvimentista da década 1960 inspirou três correntes de Desenvolvimento de Comunidade (DC) no Serviço Social tradicional: a primeira abordava o DC enquanto alteração do exercício profissional; a segunda concebia o DC numa perspectiva macro societária propondo mudanças estruturais dentro do ordenamento capitalista; já a terceira propunha o DC enquanto instrumento de transformação social articulado à libertação das classes e camadas populares. Articulado a intensificação do DC na profissão, verifica-se politização por meio das ações do AP e do PCB - juntamente com setores “independentes” - na conjuntura que antecede o golpe, especialmente através da constituição da Frente Única do Movimento Estudantil Gaúcho, estabelecendo uma aliança entre esses segmentos com vista a exercer hegemonia nas lutas estudantis, o que se expressou na condução das gestões da Fundação de Estudantes da UFRGS e da UEE no ano de 1962. No Brasil, as lutas populares eram acompanhadas por requisições contrárias ao imperialismo norte-americano e ao latifúndio, que indicavam uma mudança no padrão de desenvolvimento

---

<sup>3</sup>Nesse período Brizola atuou na Frente de Libertação Nacional (FNL), juntamente com lideranças políticas que participaram da Campanha da Legalidade, como Mauro Borges, governador de Goiás, e Miguel Arrais, na época prefeito de Pernambuco, bem como com o apoio de segmentos vinculados ao PCB, a UNE e sindicatos.

econômico e na democratização da sociedade e do Estado (NETTO, 1991).

A partir desses antecedentes desabrocham na Escola de POA (PUCRS) duas tendências de renovação profissional ligadas lutas sociais na radicalização do trabalhismo nacionalista de traços anti-imperialistas nos governos municipal e estadual de Brizola, que são: tendência estrutural participativa, liderada por Seno Cornely, marcada pela influência do pensamento cepalino, integrando DC, planejamento, política social e técnicas de mobilização e participação social; a tendência pedagógica cultural, lideradas pela docentes Lucia Castillo, e Notburga Reckziegel, marcada pela incidência do pensamento católico francês, articulando abordagens grupais, DC com ênfase educativa a partir do pensamento de Paulo Freire e Ernani Fiori. Ambas tendências evidenciam as expressões da conjuntura internacional e nacional da ideologia desenvolvimentista, como estratégia de hegemonia capitalista na América Latina, mas que forma contraditória fortaleceu uma consciência da unidade latino-americana e potencializou o estreitamento dos laços de irmandade continental. (SCHEFFER, CLOSS, ZACARIAS, 2018). A respeito da formação da ESS-POA, que já década de 1950 uma forte incidência do DC na formação profissional e uma crescente vinculação com os debates e interpretações sobre a América Latina, especialmente pela via das tese cepalinas da época.

A partir dessas bases sociopolíticas surgiram importantes interlocutores no Movimento Reconceituação que englobou o marco constitutivo do I Seminário latino-americano realizado em Porto Alegre (1965), organizado por professores da Escola de Serviço Social da Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) sob liderança de Seno Cornely integrante “Geração 1965” . O Movimento de Reconceituação surge no contexto repressivo ditatorial da *Operação Limpeza*, qual as forças repressivas incidem sobre os assistentes sociais, professores e estudantes engajados nas lutas nacionalistas e de reforma de base. Esse cerco repressivo sob a atuação desses profissionais e segmentos universitários gerou demissões e prisões. Apesar da autocracia no Brasil, contraditoriamente, impulsionou uma consciência latino-americano e práticas politizadoras do enfrentamento ao subdesenvolvimento latino-americano no país. As expressões dessa consciência e dessas práticas, considerando o processo de erosão do Serviço Social tradicional-conservador no Brasil foram os pilares que gestou-se o primeiro Seminário Latino-americano (1965), fruto da articulação latino-americana do Conesul sob liderança dos professores da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande

(PUCRS) juntamente com os colegas argentinos e uruguaios, que se constituiu-se na denominada “Geração 65” (SCHEFFER, CLOSS, ZACARIAS,2019). Conforme Cornely (2002, p.p.16-17)

(...) em vários centros (Manizales, Belo Horizonte, Montevideu, Buenos Aires, Concepción e Porto Alegre, entre outros), alguns grupos de assistentes sociais e estudantes, constatavam o artificialismo e a ineficácia de alguns mecanismos importados da Europa ou dos Estados Unidos. Sentiam, estes grupos, a urgente necessidade de intercambiar ideias entre si. E o grupo de Porto Alegre, tendo a Faculdade à frente e contando com o apoio do Sindicato dos Assistentes Sociais<sup>4</sup>, do Conselho Regional de Assistentes Sociais e do Diretório Acadêmico, e com o respaldo da então Secretaria do Trabalho e Habitação, promoveu o evento acima citado (I Seminário latino-americano).

A partir da Escola de Porto Alegre no primeiro seminário se gestou uma nova tendência denominada Reformismo Reconceituador que propõem mudanças das bases teórica-metodológica, ético-política e técnico- operativa do Serviço Social, de caráter progressista e de resistência a ditadura, alicerçada na concepção macroestrutural do desenvolvimento econômico latino-americano e no exercício profissional politizador-militante. (SCHEFFER,et.al, 2021).

Já no contexto do Tempos de Chumbo, sob a vigência do AI-5, na generalização das forças repressivas do Estado brasileiro, o Reformismo Reconceituador sofre um processo de isolamento na escola de Porto Alegre, fruto desse contexto e a divulgação nos documentos de Araxá e Teresópolis. Os marcos desse processo são: a demissão dos profissionais e professores vinculados a Secretaria do Trabalho e Habitação (1967), o Seminário da OEA (POA-1969), a incidência dos documentos do CBCISS. Retirada do debate político de unidade latino-americana e DOC do currículo de 1969 e críticas direcionadas ao Seminário Latino-Americano (POA-1972). (SCHEFFER, et.al, 2019). Apesar limitações imposto à vertente do Reformismo Reconceituador no âmbito da escola, manteve sua participação ativa nos debates latino-americanos, especialmente através da atuação de Seno Cornely nos seminários e posteriormente na direção da *Asociación Latino-americana de Escuelas en Trabajo Social* (ALAETS) em 1977.

Sob a presidência Seno Cornely (ALAEEST-CELAST), impulsionou inúmeros eventos, como o Encontro continental em Porto Alegre dos dirigentes de sindicatos e associações de

---

4 No dia 1 de abril de 1964, foi realizada uma assembleia extraordinária pelo Sindicato dos Assistentes Sociais de Porto Alegre, qual foi elaborado o “Manifesto ao Povo”, assinado pelos representantes do Sindicato, do Conselho Regional de Assistentes Sociais e pela Direção da Escola de Serviço Social de Porto Alegre. O manifesto, declarava oposição ao quadro político que se configurava no Brasil e apontava uma defesa das Reformas de Base. (SCHEFFER, CLOSS, ZACARIAS, 2019)

Assistentes Sociais (1977) qual estabeleceu as bases da Federação Latino-Americana de Trabalhadores Sociais; o VII Seminário Latino-Americano de Serviço Social (1978-Ecuador) sobre Serviço Social e Políticas Sociais; VIII Seminário Latino-Americano de Trabalho Social e Políticas Sociais (1979- Venezuela) e IX Seminário Latino-americano de Serviço Social (1980- Brasil). Também se realizou o 1º Congresso Latino-Americano de Estudantes de Serviço Social sobre a temática das políticas sociais (Bolívia); 1º Encuentro sobre el Trabajo Social en la Unidad Latinoamericana (1982-Argentina); e 2º Encontro foi realizado em Porto Alegre (1983).

## **2.2 O PROJETO PROFISSIONAL DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

A experiência da Escola mineira emergiu na primeira metade dos anos de 1970, no imediato após o Ato Institucional nº5 (AI-5), contexto em que a repressão e violência policial militar institucionalizaram-se em todo seu alcance nos poros do Estado, estendendo-se para a sociedade civil. Os processos e condicionantes político-institucionais da ditadura inviabilizaram a ressonância e difusão do projeto da Escola de Serviços Social de Belo Horizonte junto a outras escolas e organismos da categoria no país, permanecendo isolada até o fim da década. Mas suas formulações ganharam ampla visibilidade no meio acadêmico-profissional latino-americano, afirmando-se como *uma de suas referências* exemplares, dada a sintonia com *a feição crítica* da reconceituação e os vínculos com as forças contestadoras da profissão na América Latina. A vinculação com a reconceituação nos países de língua hispânica *foi intencionalmente buscada* pelo corpo docente da Escola de BH, como registram documentos e entrevistas (IAMAMOTO e LIMA SANTOS, 2007). Ali se elaborou o conhecido “Método de Belo Horizonte” e se efetivou uma original reestruturação curricular da formação profissional, ainda desconhecida – expressões do desenho abrangente, alternativo e global de *um projeto acadêmico e profissional* que inaugurou a trajetória da *intenção de ruptura* com os marcos do tradicionalismo no Serviço Social no Brasil. “Suas formulações assentaram-se nas primeiras aproximações da profissão aos aportes da tradição marxista e da interlocução com outras áreas do conhecimento, aliada à perspectiva de compromissá-la aos interesses e lutas das classes subalternas” (BATISTONI, 2021, p. 72).

Belo Horizonte - região metropolitana em ampla industrialização e modernização desde meados dos anos de 1950 foi campo político das elites reacionárias articuladoras do golpe de 1964, como analisa Starling (1986), mas na contratendência foi cenário de importantes movimentos populares e sindicais, com a existência de uma forte tradição estudantil – democrática e de perspectivas revolucionárias e socialistas. Foi na capital mineira que se deu de início a influência das ideias do filósofo Pe. Henrique De Lima VAZ (teólogo jesuíta, estudioso da filosofia hegeliana e marxista, divulgador da *Revue d'Action Populaire*, publicada pelos jesuítas franceses) junto aos militantes da Juventude Universitária Católica – JUC que deu origem ao nome Ação Popular. que foi base do surgimento da organização de esquerda Ação Popular – AP. Também a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária- ORM-POLOP - teve forte enraizamento com quadros estudantis, intelectuais e operários. Entre seus intelectuais teve início o estudo da crítica da economia política, que no exílio desenvolveram a *teoria da dependência* (Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos). Em 1968 deu-se a eclosão da greve operária de Contagem – no cinturão industrial da capital, a primeira depois do golpe, em claro confronto tanto à ditadura que cerceava a liberdade e autonomia sindicais, quanto a sua política econômica fundada na superexploração do trabalho. Movimento grevista que contou com apoio e solidariedade de estudantes, intelectuais, quadros da igreja católica, entre os quais integrantes da ESSUCMG. Essa dinâmica sociopolítica conjugou “para tornar Belo Horizonte um *topus* adequado à expressão inicial do projeto profissional da ruptura” (NETTO, 1991:262).

No transcurso de 1969 a 1971 foram germinados os suportes propiciadores de um *projeto acadêmico e profissional de feição crítica*, sob a dinâmica contraditória da instauração do *terrorismo cultural sistemático* do regime autocrático, pelo *saneamento das universidades e sua refuncionalização* nos termos do acordo MEC-Usaid (NETTO, 1991). Com uma equipe docente, inicia-se a revisão da formação profissional, dos fundamentos teórico-metodológicos – seja na sua vertente tradicional, seja na modernizadora – dos estágios práticos e sua incidência na trajetória da própria Escola lançando-se na formação de um *novo projeto* de formação profissional, alimentado por referências até então estranhas aos postulados do Serviço Social (ESS-UCMG, 1971a). Incidiram de forma decisiva nessa viragem, os passos interativos, que, a partir dos encontros latino-americanos de Serviço Social, esbordaram em um intenso intercâmbio entre o grupo mineiro e as vanguardas do

movimento de reconceituação no continente<sup>5</sup>. E o protagonismo coletivo da equipe, sob a reconhecida liderança intelectual e institucional de Leila Lima Santos<sup>6</sup> (que assume a direção da Escola em 1972, juntamente com Consuelo Quiroga), integrada por jovens profissionais formados no imediato pré e pós-1964, a qual foram incorporados docentes de um núcleo ampliado das ciências sociais, abrindo uma interlocução *nova*, envolvente e compromissada com a construção de uma *nova experiência de educação universitária*. Neste período de transição, rebateu a proposta da metodologia única do *Método Básico* chileno (ETS-UCC, 1969), incorporado de forma criativa e experimental na então disciplina de Desenvolvimento de Comunidade e na Coordenação de Estágios, pondo em avaliação a natureza das práticas profissionais.

A proposta alternativa formulada pela equipe docente da ESS/UCMG efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórico-metodológica (“Método BH”), quanto da reestruturação curricular da formação, com experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. Uma das hipóteses orientadora de pesquisa é de que a formulação curricular para a graduação em Serviço Social da ESS/UCMG, em seu caráter inovador, constitui-se em um *núcleo gerador* dos futuros projetos pedagógicos de formação acadêmico profissional direcionados pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/ABESS nos anos de 1980 e 1990. . Buscou-se resgatar a possibilidade de condução da revisão curricular a partir da recuperação do relativo espaço de autonomia existente no âmbito decisório interno às unidades de ensino. A concepção globalizadora da proposta de currículo sustentava-se na articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, à docência e à prática, operacionalizado nas “unidades de ensino e aprendizagem”/UAs, concepção inédita na organização curricular da formação em Serviço Social do país. As UAs eram organizadas em projetos semestrais de aprendizagem /PSAs, articulando as UAs e o “contato com a realidade”, através de programas de investigação, programas de estudo, pesquisa e/ ou ação profissional, realizadas semestralmente, ao longo de oito semestre letivos,

---

5 Destacou-se neste intercâmbio aberto, o protagonismo pioneiro de Ana Quiroga na representação dos Editorias ECRO e Humanitas; de Consuelo Quiroga na coordenação (1973-19775) do Instituto de Solidariedad Internacional (ISI/ Fundação Konrad Adenauer), organismo difusor da reconceituação, juntamente com a Asociacion Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS); da atuação central de Leila Lima Santos à frente do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) entre 1977-1983; e da participação posterior de Marilda Villela Yamamoto na pesquisa coletiva sobre a História do Serviço Social na América Latina.

6 Ex-integrante da JUC e dos quadros da AP, recém-chegada de uma pós-graduação em Sociologia do Trabalho na Paris dos anos 1967-1969, trazia na bagagem inquietações teórico-filosóficas e ideopolíticas sob a influência de pensadores como Althusser e Lefebvre.

contemplando conjunto de disciplinas e os respectivos conteúdos, incluso as disciplinas especificamente profissionais. Ainda por meio das "equipes de prática", articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e intervenção profissional e apoiada em uma orientação interdisciplinar (com a incorporação dos docentes das áreas afins em suas devidas áreas de atuação e participação de "monitoria" de discentes concluintes), resultando em possibilidade de avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional, cujos relatórios das "equipes de prática" e trabalho de conclusão (denominados trabalhos de estágio de campo) são demonstrativos (LIMA SANTOS, 1982; QUIROGA, 1973). Evidencia-se na proposta de reestruturação da formação a projeção de um perfil profissional com competência teórica, política e interventiva. Portanto, temos aí o eixo central da "formação de um profissional em que as capacidades técnicas estariam criticamente consteladas por uma sensibilidade política, respaldada informação teórica e disposição investigativa", conclui Paulo Netto (1991: 289) em sua análise a experiência da Escola mineira. O outro aspecto importante é que experimentação das elaborações teórico-metodológicas foram conduzidas através da prática *de extensão universitária* – constituídas em campos de estágio, envolvendo esferas e organismos do poder público, como a Legião Brasileira de Assistência/LBA do estado de Minas, prefeituras e agências de prestação de serviços, diferenciando-se de outras propostas metodológicas exemplares da reconceitualização em outros países latino americanos. Projetava-se desse modo, uma proposta para a prática profissional institucionalizada, contrapondo-se às críticas conservadoras ao movimento de reconceitualização, que acentuam unilateralmente o seu caráter de mera denúncia do passado profissional e pelo suposto de sua negação da atuação dos assistentes sociais nos espaços profissionais. (IAMAMOTO, 2015). Destas articulações institucionais desdobra-se a estratégia de *interiorização* dos projetos de práticas profissionais nas referências teórico-metodológicas do "método BH", buscando operacionalizá-los tanto na capital, quanto em outras cidades em especial Itabira, João Monlevade, situadas no quadrilátero ferrífero mineiro, e outras como Contagem, Itajubá e Formiga.

O projeto profissional da ESS/UCMG é expresso em grande parte no conhecido "Método de Belo Horizonte", que contém um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo não apenas em geral no Serviço Social, mas tomando as formas particulares que assumiu na trajetória da própria escola – de sua criação em 1946 a 1970 – denominando-o como "Serviço Social Tradicional", tomado como inadequado à realidade latino-americana. (QUIROGA, 1973a, LIMA SANTOS, 1982). Critica-se a aparente "neutralidade" teórico-

prática da profissão, exercendo realmente “um papel conservador no desempenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses”, conforme documentos. Põe-se em questão os elementos teóricos que, não revelados aparecem subjacentes à atuação profissional, referindo-se ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, a partir de uma visão microscópica, dicotômica “entre a realidade e grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito-objeto”. A crítica se desdobra à importação de modelos teórico operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se ainda a crítica à visão – subjacente e tácita – normalizadora da sociedade, redundando em objetivos profissionais com propósitos de “eliminar disfunções sociais, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas”, orientados pelas interpretações funcionalistas da dinâmica social. Nesse sentido crítico estabelece a *contraposição* à perspectiva da modernização conservadora e a *recusa* ao conservadorismo reatualizado - processos em curso na dinâmica profissional brasileira, expressos seja nas sistematizações de Araxá e Teresópolis. A equipe docente articula uma nova proposta ao nível da formação acadêmica e do exercício profissional, demarcando a definição de seus objeto e objetivos baseados no pressuposto de uma análise da sociedade brasileira. Considera que o *objeto* da atuação profissional é a “ação social da classe oprimida” conectados ao *objetivo-meta*, “a transformação da sociedade e do homem”, através de *objetivos-meios*, “a conscientização, a capacitação e a organização”. Tais definições trazem profundos equívocos e limitações, em que pese o reconhecimento da tentativa de historicizar o objeto e objetivos profissionais, o repúdio à neutralidade e ao trans classismo típicos do tradicionalismo profissional (LIMA, RODRIGUEZ, 1977). Carregam as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento atualizando as marcas messiânicas, no trato dos profissionais, mediados pelos processos educativos da “pedagogia do oprimido”, inspirados na perspectiva de Paulo Freire, decorrendo uma visão polarizadora da sociedade, dividida entre opressores e oprimidos. A formulação da estrutura teórico-metodológica a proposta do “método BH”, que não é possível apresentar nesse trabalho, parte de uma reflexão epistemológica (dirigida para a relação teoria prática) apresenta-se com formalismos e empirismos típicos da teoria da vulgarização marxista através de manuais, incorrendo em forte ecletismo. Identifica-se nas referências teóricas, a ausência das fontes originais do pensamento de Marx, sem base, portanto, na apreensão do método e das categorias centrais para o desvendamento das relações sociais. A proposta em discussão exemplifica o que Quiroga (1989) qualificou como uma “*invasão às ocultas*” do positivismo no marxismo incorporado no seu referencial teórico-metodológico. Como avalia Iamamoto (1988): O traço

eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o "Método Belo Horizonte" explica aquela "invasão": o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional, haurido em manuais de "marxismo-leninismo" na sua versão tida como "oficial"; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima: "a prática como fonte de teoria", tal como ali é trabalhada. No viés da tradição marxista que a proposta da Escola de Belo Horizonte incorporou, encontra-se suas debilidades e equívocos, o que a comprometeu, ainda mais considerando o destaque do rigor e consistência com que formulou o seu projeto de formação e exercício. Esse balanço crítico não desconsidera a importância teórica e ideológica dessa mesma incorporação realizada em condições não favoráveis, mas abrindo os horizontes ídeo-políticos no processo de rupturas no Serviço Social no Brasil. A proposta reconceituadora da Escola foi interrompida em 1975, em meio a uma crise interna tensa, na dinâmica contraditória de uma greve estudantil que radicalizava os próprios avanços e conquistas coletivamente desbravadas por docentes e discentes, mas que na pressão conjuntural e sob ações subterrâneas de forças conservadoras do meio profissional, gerou o pedido de demissão de todos os professores e equipe dirigente, acatado pelas instâncias superiores da UCMG. Paradoxalmente, seu desfecho ocorreu quando se abria a crise da ditadura militar e as primeiras manifestações abertas de resistência e oposição se enunciavam. (BATISTONI, 2021).

### **3. CONSIDERAÇÕES SOBRE LEGADO DA RECONCEITUAÇÃO NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO**

O Serviço Social brasileiro só pode defrontar-se com o legado da reconceituação latino-americana no final da década de 1970, na crise da ditadura, em meio à reinserção do movimento aberto das classes trabalhadoras na cena histórica e às lutas pela democratização da sociedade e do Estado. Um reencontro que se revelou, como analisa Iamamoto (1998), um *descompasso*, considerando as transformações do país e o amadurecimento profissional, não sendo possível a mera reposição das propostas críticas daquele movimento. Impõe-se a exigência de alcançar os pressupostos teórico-críticos para sustentar a "pesquisa histórica aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional: um esforço de articulação entre a *crítica do conhecimento, a história e a profissão*, que passa a nortear o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista" (IAMAMOTO, 1998, p. 218, grifos no original).

Destaca-se que as experiências renovadoras pesquisadas em diferentes espaços acadêmicos e profissionais, foram formadores e nucleadores de algumas das principais lideranças e protagonistas da reorganização sindical da categoria profissional cuja manifestação pública contestadora de oposição à ditadura se deu por ocasião do IIIº Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, no emblemático e denominado “Congresso da Virada” em São Paulo em 1979, no mesmo momento das massivas greves do operariado metalúrgico na capital e no ABC paulista.(ELPIDIO, 2021). Sob inspiração da análise provocadora de Iasi (2019), pode-se afirmar que, naquela dinâmica, os fios históricos da ação coletiva se conectaram, formando as bases subjetivas de um tempo no qual segmentos profissionais selaram os rumos do Serviço Social brasileiro aos destinos do conjunto das classes trabalhadoras.

Ao longo das últimas cinco décadas, o Serviço Social brasileiro consolidou a maturação da *intenção de ruptura* na apreensão do arsenal heurístico em Marx e da rica e diversificada tradição marxista e dos intérpretes brasileiros. Foram as bases teóricas e de uma cultura política no desvendamento, sob condições históricas precisas – da relação entre a realidade e a profissão – condensadas na *questão social, iluminando* as preocupações referentes à inserção histórica da profissão na dinâmica contraditória das relações sociais capitalistas. Isto se deu na relação com as classes sociais e o poder do Estado, em sua recorrência às várias construções teóricas, ideológicas e referências éticas, ao seu exercício e processamento no âmbito das políticas sociais e das instituições sociais e aos seus projetos de formação acadêmica e profissional. Processo histórico e coletivamente constituído sob o comando dos principais organismos políticos e gremiais da categoria profissional, em estreita articulação entre o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), seus Conselhos Regionais (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), o que se constitui em um *patrimônio coletivo*. A renovação da profissão e os seus avanços teórico-metodológicos e ideopolíticos direcionaram a opção por uma direção social estratégica na relação com as bases sociopolíticas que a sustentam e as quais se aliou: os interesses imediatos e históricos das classes trabalhadoras, consubstanciados no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro (ABRAMIDES, 2019). Rever e compreender o passado recente e fecundo da história profissional para iluminar o presente e recriar, nas condições atuais, práticas de enfrentamento a esses tempos obscurantistas e de profunda regressão de conquistas civilizatórias, aliando-se a *resistências intelectual e política*.

## Referências:

ABRAMIDES, M.B.C. *O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2019.

AQUINO, I. G. C., BATISTONI, M.R., SCHEFFER, G. Expressões da Reconceituação do Serviço Social no Brasil: projetos profissionais em disputa. In: EIRAS, A. L. T., MOLJO, C. B. e DURIGUETTO, M. L. (Orgs) *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social. América Latina, Europa e EUA*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2022. pp.20-34

BATISTONI, M. R. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte – 1960-1975: uma reconstrução histórica. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M.V., SANTOS, C.M. *A História pelo Averso. A Reconceituação na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021, pp. 71 a 93.

CORNELY, Seno Antônio. CRÔNICAS DE UMA HISTÓRIA RECENTE Alguns avanços que deram maior visibilidade ao serviço social gaúcho, especialmente à Faculdade de Serviço Social. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre* v. 1 n. 1 p. 15-26 jan./dez. 2002.

ELPIDIO, Maria Helena. “Preparando a virada”: a contribuição do CELAST no redimensionamento da organização e formação profissional do Serviço Social brasileiro. In: IAMOMOTO, Marilda V. SANTOS, Cláudia Monica. *A história pelo avesso- A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez.2021.

ESS-UCMG. *A prática como fonte de teoria*. Belo Horizonte, ESS-UCMG, 1971a. [mimeo].

\_\_\_\_\_. *Documento Básico para reforma do Currículo*. Belo Horizonte, ESS-UCMG, 1971b. [mimeo].

\_\_\_\_\_. *Uma proposta de reestruturação da formação profissional*. Belo Horizonte, ESS-UCMG, 1971c. [mimeo].

IAMAMOTO, Marilda V. Marxismo e Serviço social: uma aproximação. In: *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.18, n.2, P 204-226, ago. a dez. / 2018 216.

IAMAMOTO, Marilda V. O debate contemporâneo da reconceituação no Serviço Social ampliação e aprofundamento do marxismo. In: IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na*

*contemporaneidade*. Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.pp.201-250.

IASI, Mauro. Cinco Teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019.

LIMA SANTOS, Leila. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1987.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez,1991.

QUIROGA, C. *Uma invasão às ocultas*. Reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino do Serviço Social. São Paulo: Cortez ,1991.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez. Reconceituação Latino-Americana na Ditadura Brasileira: a renovação do Serviço Social gaúcho. *SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE*, v. 135, p. 327-345, 2019.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez. Antecedentes da Reconceituação latino-americana na Escola de Porto Alegre In: *Revista Textos e Contexto*. Porto Alegre: Edipucrs, v. 17, p. 67-80, 2018.

SCHEFFER, Graziela, CLOSS, Thaisa, ZACARIAS, Inez, MIZOGUCHI, Jessica. O Reformismo Reconceituador entre a articulação latino-americana e a renovação do Serviço Social no Brasil. In: IAMOMOTO, Marilda V. SANTOS, Cláudia Monica. *A história pelo avesso- A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez.2021.

,